



AÇÕES SOCIAIS REALIZADAS ENTRE A INCUBACOOOP/UFLA E A CORPAAG EM LAVRAS-MG.

Gustavo Costa Teixeira¹

José Roberto Pereira²

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Alfenas, discente do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Lavras, lattes: <http://lattes.cnpq.br/9735630162229883>, e-mail: gustavo.costa.t@hotmail.com

² Pós-doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Coimbra – PT, Professor Titular em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras, lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219649053207449>, e-mail: jrobertopereira2013@gmail.com

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando ações sociais desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, no âmbito da economia solidária com catadores de materiais recicláveis. O objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de ação social ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar o trabalho da INCUBACOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOP/UFLA contribuam para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

Palavras-chave: Gestão Social; Economia Solidária; Incubadoras; Associação.

The Technological Incubator of Popular Cooperatives (INCUBACOOP) from the Federal University of Lavras (UFLA) has been performing social actions since 2005 in the region of Lavras, Minas Gerais, within the scope of the solidarity economy with recyclable material collectors. The objective of ITCPs linked to Brazilian universities, within the scope of the public policy of generating work and income is to advise groups of unemployed workers or those with precarious work to organize themselves into associations and cooperatives. In this context, universities fulfill a relevant role of social action by organizing themselves in the form of cooperative technological incubators to make public policy operational, helping incubated enterprises based on the fundamentals of social management, solidarity economy and cooperativism, in a way to give back to society the knowledge acquired in the academic environment. In this sense, the objective of this paper is to present INCUBACOOP/UFLA's work, through its interdisciplinary team, educational spelling books and partnerships, with CORPAAG, an association of recyclable material collectors in Lavras-MG, responsible for selective collection in 9 neighborhoods in the municipality, whose activities contribute to environmental awareness, recycling and the quality of life of the population of Lavras. In addition, we believe that the activities of INCUBACOOP/UFLA contribute to the critical sense of the students involved, providing them with the opportunity to exercise deliberative citizenship.

Keywords: Social Management; Solidarity Economy; Incubators; Association.

La Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) de la Universidad Federal de Lavras (UFLA) viene realizando acciones sociales desde 2005 en la región de Lavras, Minas Gerais, en el contexto de la economía solidaria con recolectores de materiales reciclables. El objetivo de las ITCPs vinculadas a las universidades brasileñas, en el ámbito de la política pública de generación de trabajo e ingresos es asesorar a grupos de desempleados o trabajadores con trabajo precario para organizarse en asociaciones y cooperativas. En este contexto, las universidades juegan un papel relevante de acción social al organizarse en forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para posibilitar la operacionalización de políticas públicas, ayudando a incubar proyectos basados en los fundamentos de la gestión social, de la economía solidaria y del cooperativismo, de una manera devolver a la sociedad los conocimientos adquiridos en el ámbito académico. En este sentido, el objetivo de este artículo es presentar el trabajo de INCUBACOOP/UFLA, a través de su equipo interdisciplinario, folletos educativos y alianzas con CORPAAG, una asociación de recolectores de materiales reciclables en Lavras-MG, responsable de la recolección selectiva en 9 distritos de la ciudad, cuyas actividades contribuyen a la concienciación medioambiental, el reciclaje y la calidad de vida de la población lavrense. Además, creemos que las actividades de INCUBACOOP/UFLA contribuyen a la formación crítica de los estudiantes involucrados, brindándoles la oportunidad de ejercer la ciudadanía deliberativa.

Palabras clave: Gestión Social; Economía Solidaria; Incubadoras; Asociación.

1. INTRODUÇÃO

Por meio da economia solidária é possível refletir sobre o bem-estar de uma sociedade, almejando o desenvolvimento sustentável e solidário, geração de trabalho e distribuição de renda, ancorado na gestão social de cooperativas. Para tal, as cooperativas e associações populares, também conhecidas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), correspondem à união voluntária de indivíduos com objetivo comum e, assim, buscam por melhorias econômicas, sociais e culturais (SINGER, 2002). Por isso, as incubadoras exercem esse papel, pois trazem uma maneira sistemática, seja em âmbito nacional ou como política pública, no modo de atuar com grupos populares que se baseiam na organização do trabalho e autogestão (FRAGA, 2018).

O objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras, em relação às políticas públicas de geração de trabalho e renda, sob a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de ação social ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Portanto, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) realizam ações de pesquisa, ensino e extensão universitária (MARTINS; SANDIM; NETA, 2018).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando ações sociais desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, por meio da economia solidária com catadores de materiais recicláveis e outras categorias, contando com uma equipe de formação interdisciplinar, no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. A

INCUBACOOOP/UFLA é vinculada à Rede de ITCPs a nível nacional e participa da formulação da Rede Mineira de ITCPs.

A INCUBACOOOP/UFLA trabalha junto aos empreendimentos com base na gestão social como orientação da gestão para os empreendimentos incubados, no sentido de uma tomada de decisão coletiva, sem coerção, com base no entendimento comum, no processo dialógico, na transparência, com vistas à emancipação (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, as cooperativas populares são apontadas por Pereira (2018) como aquelas baseadas na economia solidária. Constitui uma proposta de uma nova forma para se organizar, tendo por base a ação comunicativa entre os associados para que possam tomar decisões coletivas a partir da formação da consciência crítica ao se depararem com os meios de produção, o mercado e as ações do Estado, como forma de contrapor à crise social que acarreta desemprego e exclusão social.

Adiante, uma das associações atendidas pela incubadora, a CORPAAG (Associação de Catadores do Setor Oeste) é uma associação de catadores de materiais recicláveis de Lavras, MG, responsável por coletar os materiais de 9 bairros (Morada do Sol I, II, e III, Jardim Campestre I, II e III, Nova Era I, II e III), constituída por um grupo de trabalhadores de baixa renda. Esses profissionais, por meio das associações e cooperativas, possuem como objetivos sociais, econômicos e ambientais a contenção do avanço de resíduos sólidos e líquidos, o que resulta na diminuição de vários problemas. Para os membros da associação tem a geração de renda e a inserção socioeconômica, para o meio ambiente tem a redução do aterramento e incineração destes resíduos, e para a indústria tem volta dos materiais como fonte de energia e valores reduzidos referentes aos custos operacionais, o que possui efeito positivo direto ao meio ambiente (CAMPOS, 2014).

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar aqui

as atividades da INCUBACOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOP/UFLA contribuam para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

3. JUSTIFICATIVA

As ações sociais entre universidade e sociedade são consideradas diretrizes institucionais, uma forma de mediar a construção dos saberes por meio da comunicação pública da ciência, contribuindo para a construção epistemológica da ciência, observando os preceitos ético e político da instituição. A vivência entre agentes da universidade e da comunidade, pelos processos presentes e futuros, e pelos resultados individuais e coletivos. Isto está relacionado ao projeto social, que acolhe jovens e os qualifica intelectual e profissionalmente, possibilitando atuar com competência na sua profissão e com consciência cidadã. Para tanto, a relação entre academia e a sociedade deve constituir com espaço aberto e disponível para o processo de aprendizagem (SÍVERES, 2013).

A economia solidária representa um espaço de reflexão, luta, construção de possibilidades, por onde a autogestão viabiliza de forma prática as utopias, estas que são recorrentes em tempos de lutas dos trabalhadores. Em diferentes momentos, mesmo que pouco recorrente, existem relatos da atuação de universidades com cooperativas e grupos de produção (FRAGA, 2018).

O surgimento das ITCPs para combater problemas sociais quanto ao trabalho, corresponde a uma resposta das universidades, sendo que a formação dos

seus objetivos iniciais se dá no enfoque da geração de renda e trabalho, por meio de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos pécissimos ou vulnerabilidade social, que procuram ajuda para conseguir trabalho com diferente relação trabalhista (COIMBRA; SOUSA, 2001).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentadas as bases para as ações desenvolvidas pela incubadora, bem como a contextualização destes temas.

4.1 GESTÃO SOCIAL

A gestão social pode ser definida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, tendo por base a inteligibilidade da linguagem, dialogicidade e no entendimento claro como processo, transparência como pré-requisito e emancipação como objetivo maior (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Com isso, os autores ora citados, propõem uma abordagem focada em três grandes categorias: Interesse Bem Compreendido (IBC), Esfera Pública e Emancipação.

O IBC, segundo Tocqueville (1987), aponta que o bem-estar coletivo é a base para o bem-estar individual, logo, a defesa dos interesses coletivos acarretará por consequência a defesa individual. Dessa forma, Pereira e Cançado (2018) mostram que o IBC enfatiza a interdependência entre os sujeitos, com o intuito de entenderem a sua própria atuação na esfera pública, não na visão de serem altruístas ou assistencialistas, mas com pensamento de (re)construção coletiva da esfera pública, tendo por meta a obtenção do bem-estar coletivo e o bem-estar individual.

Sobre a Esfera Pública, Habermas (2003) elucida sua definição como uma rede apta à comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, onde a comunicação é filtrada e resumida, de modo a serem apresentadas em opiniões públicas

relacionadas a temas específicos. Seguindo a definição apresentada por Habermas (2003), Pereira e Cançado (2018) inferem que o papel da gestão social seria esquematizar o saber alternativo, estruturar avaliações técnicas especializadas para o bem comum, logo fortaleceria a esfera pública dando como suporte informação qualificada. Portanto, procura-se ver a esfera pública como uma forma de aproximar a população e a política.

E a Emancipação, apontada por Pereira e Cançado (2018), diz que o indivíduo se emancipa ao se perceber como tal, tendo suas próprias individualidades potenciais como ferramenta das forças sociais, e se completa ao perceber-se como indivíduo político. Assim, ao ser libertado, se livrando da manipulação, o indivíduo passar a compreender de forma clara que sua vivência é em comunidade, tornando as questões solidárias, de certo modo, óbvias. Portanto, havendo um equilíbrio e interdependência entre as três categorias, tende a ocorrer uma gestão social apropriada.

4.2 COOPERATIVISMO

As organizações cooperativas são organizadas com base em princípios universais que as distinguem das organizações mercantilistas. Com a primeira cooperativa moderna, fundada em 1844 em Rochdale, Manchester, Inglaterra, em seu estatuto havia princípios e formas de agir que enfatizavam os valores nos quais a organização cooperativa deveria ser criada e gerida (SINGER, 2002).

Uma parte do grupo fundador havia participado de outras organizações, que são vistas como pré-cooperativas e seguiam as ideias de Robert Owen, considerado um dos precursores do cooperativismo. Seu pensamento era movido pelo desejo de transformar a sociedade inglesa, marcada pela degradação do trabalho e pela perda da honra dos trabalhadores. Segundo ele, o ser humano não merecia recompensa nem castigo, mas era o sistema social que deveria ser mudado para prevenir o crime, ele também reconhecia a importância e influência da organização coletiva sobre a

individual, e da educação como instrumento para mudanças (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Na Europa, o cooperativismo avançou tendo como base Rochdale, com as cooperativas de crédito na Alemanha e as cooperativas de produção na França. Na Alemanha dois modelos ficaram conhecidos, o Sulze-Delitzsch, concebido com a permissão de pessoas desconhecidas entre si participarem, não havendo limite de área e sem apoio do Estado. E o modelo Raiffeisen, constituída por conhecidos e com responsabilidade ilimitada (MAURER JR., 1966).

No Canadá, outras formas de cooperativas de crédito foram desenvolvidas como o Desjardins, caracterizadas por serem formadas por funcionários de uma mesma área. Na Itália, com o modelo Luzzati, permissível a adesão de qualquer pessoa interessada. Já no Brasil três modelos foram utilizados, Desjardins com as cooperativas urbanas, Raiffeisen com cooperativas rurais e o modelo de admissão livre Luzzati (CANÇADO; SOUZA; PEREIRA, 2014).

Na França, Charles Gide foi responsável por sistematizar a doutrina cooperativista (MAURER JR., 1966). Tendo destaque quanto às cooperativas de consumo e por apresentar conceitos sobre três tipos de cooperativas (PEREIRA; CANÇADO, 2018), sendo elas:

Cooperativa de Consumo: Pessoas associadas entre si que vendem a si mesmas os produtos necessários, e assim cada membro faz o papel de vendedor e comprador, não havendo a relação mercantilista.

Cooperativa de Crédito: Pessoas associadas com o intuito de realizar empréstimos de capital entre si quando necessário. Tornando-os emprestador e tomador, não havendo usura.

Cooperativa de Habitação: Uma associação de proprietários de imóveis que disponibilizam seus imóveis para locação aos associados. Assim, os associados podem ser proprietários e locatários.

O Cooperativismo seguiu pela Europa em diversos países, no Brasil iniciou nos final

do século XIX, se desenvolvendo por meio dos imigrantes europeus no século XX, seu início foi caracterizado por cooperativas de consumo no meio urbano e por cooperativas agropecuárias no meio rural (SINGER, 2002).

No ano 1895 em Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi fundada, tendo como inspiração o estatuto de Rochdale e por ele foram elaborados os princípios cooperativistas, fundamentados nas regras de igualdade e proporcionalidade. Atualmente os princípios são: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; e Preocupação com a Comunidade.

As cooperativas podem ser distinguidas em três perspectivas, conforme Pereira e Cançado (2018): Social-Reformista que emprega a ideia de que a cooperativa estaria livre da influência externa (sociedade capitalista), constituindo-se uma comunidade autossuficiente; Transformação Social, fundamentada nos ideais de uma sociedade socialista, em que as cooperativas constituiriam o meio de socializar a produção e a distribuição, assim transformando a sociedade capitalista; e a Técnico-Econômica, nessa perspectiva a cooperativa é vista como um meio de adaptação ao sistema capitalista.

4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apartir de vivências econômicas significativas, a economia solidária apresenta uma junção de solidariedade, cooperação, mutualismo e autogestão comunitária, perpetuando uma racionalidade que se distingue de outras realidades econômicas (RAZETO, 1993). O movimento iniciado no século XIX pelos socialistas utópicos Owen, Proudhon e os pioneiros de Rochdale se tornou uma proposta que além de ser fundamentada a partir de conceitos, reflexões e combate ao desemprego, foi movida pelo cooperativismo (BENINI, 2003).

Paul Singer (2000) relata que de acordo

com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, os fundamentos gerais do cooperativismo possui termos essenciais aos da economia solidária de acordo com os pioneiros de Rochdale: a sociedade seria democrática e aberta a todos os interessados, desde que seja inteirada uma cota mínima igual para todos; cada sócio teria direito somente a um voto; todo investimento monetário feito na cooperativa seria remunerado através de uma taxa de juros, entretanto não favoreceria nenhum direito decisório a mais ao seu possuidor; os produtos seriam vendidos de forma justa e com qualificação; as sobras da receita, após subtração de despesas e inclusive o juro, deveriam ser divididas em proporção às compras realizadas na cooperativa; a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo deveriam ser promovidas pela sociedade e esta seria neutra em questões políticas e religiosas.

A atividade coletiva da economia solidária possui um caso bastante profundo em relação à dimensão econômica, que propende estar subordinada às dimensões políticas, sociais ou culturais como um meio atuante para realizá-las. A economia solidária atravessa as questões referentes ao mercado de trabalho ou os vazios deixados pelo Estado, evidenciando práticas e valores pouco explorados no capitalismo, e estabelece um novo conceito nos âmbitos econômico e social. Por esse motivo, é incorreto limitar a economia solidária ao terceiro setor, ou seja, um setor à parte. (FRANÇA FILHO, 2002).

Conforme Singer (2000) considera-se uma abundante diversidade de organizações onde existe plena chance de empresas solidárias estarem inseridas em todos os setores de atividades, tendo destaque em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com as crises dos anos 1980 e 1990 no Brasil, ocorreu uma desindustrialização, onde tiveram várias perdas de postos de trabalho, gerando desempregos e exclusão social em grande escala, renascendo assim a economia solidária no país. Nesse renascimento, Singer (2002), propõe uma formação em cooperativismo e economia solidária aos grupos comunitários que almejam trabalhar em conjunto para que além de apoiar

logístico, técnico e jurídico eles possam adquirir capacidades autogestionárias em seus empreendimentos. Nascimento (2003) diz que a reinvenção da economia solidária traz em si um caráter de ressurreição de valores como: autonomia, solidariedade, mutualismo, economia moral, autogestão, e outros, que estão presentes na cultura da sociedade trabalhista.

Segundo a observação de Alcântara (2003), a economia solidária é constituída por empreendimentos que se qualificam como solidários e autogestionários: solidários porque ocorre a divisão dos custos e a repartição da sobra, e autogestionários porque são os próprios associados que tomam frente no empreendimento, sempre com base nos princípios da solidariedade econômica.

A economia solidária se apresenta como uma manifestação que vai contra o que é imposto pelo meio social e pelo capitalismo, pois a economia sendo dominada por indústrias grandes e pela rotação expressiva de capital, as cooperativas ascendem como válvula de escape para a classe trabalhadora manter seu espaço no mercado de trabalho, sem que ocorra uma hierarquia dos meios de produção (MARTINS et al., 2016).

4.4 EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal em seu artigo 207 diz que as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Dessa forma, ao incentivar a construção de conhecimento e ao se apresentar como fator capaz de tornar possível a relação entre teoria e prática, a extensão universitária representa o alicerce que integra o ensino-pesquisa (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

A princípio, a luta pela Reforma Universitária, ocorrendo na América Latina a partir de 1918, tem participação em uma luta maior contra a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional,

demonstrada na grande distância entre as universidades e os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais dos países latino-americanos (PAULA, 2013).

Dessa forma Paula (2013) continua, a extensão universitária tem papel de motivar a inteligência das universidades, para articulá-las internamente, e mobilizá-las em relação à enfrentar os desafios atuais tendo em vista a solidariedade e a sustentabilidade. Para esta missão são sujeitos tanto os docentes, técnicos, discentes quanto os participantes das atividades de comunicação, o que não implica na imposição, prescrição, mas em compartilhar, dialogar, interagir, representando os princípios da comunicação pública da ciência, são eles: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interação dialógica com a sociedade; inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações sociais; busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade. Portanto, o termo mais adequado dessa prática deve ser a comunicação e não a extensão, pois a comunicação deve ser vista como uma cultura, uma prática, um compromisso, que não podem ser dispensados frente ao trabalho da universidade como uma ferramenta emancipatória.

No contexto de mudanças da Universidade, vale salientar as transformações dos conceitos e práticas, apresentada por diferentes pensamentos e que põe em tempos de organização de políticas e ações que dependem das abordagens de lutas internas, espaço de resistência e militância, que podem vir a estimular uma ação de institucionalização e fortalecimento da comunicação pública da ciência, tanto na academia como na sociedade. Dessa forma, somos formados em decorrência de políticas desenvolvidas pelos agentes culturais atuantes no dia a dia, em diferentes espaços de formação, expandidos e ressignificados pelas ações e práticas da extensão (RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017).

Por isso, um modo para o estabelecimento de uma proposta de educação que esteja articulada com o melhor para o Brasil e a

realização de parcerias que darão força a sua integração com as classes populares, é a comunicação e a educação libertadora. Sua importância consiste no espaço de aprendizagem e de formação científica, que são os resultados de processos críticos e reflexivos e do valor atribuído à interação dos conhecimentos científicos e da experiência, assim efetiva a aprendizagem e a conscientização de realidade que não estão de fato disponíveis a todas as pessoas (ANDRADE; MOROSINI; LOPES, 2019).

Com relação ao discente que pratica a comunicação com a sociedade, ele faz parte do processo de interlocução do conhecimento acadêmico com o senso comum, de modo a evitar que um se sobreponha o outro, assim são agentes construtores de saberes e novas alternativas, tornando-os sujeitos críticos e participativos (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

Como observado, as ITCPs são responsáveis pela formação de agentes e disseminação dessas atividades.

4.5 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS)

O início das ITCPs de acordo com Botelho et. al (2015) se dá por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a cooperação de agências, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), esta última tem como pilares a democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Ademais, a motivação para criação das ITCPs foi o movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, promovido por docentes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estes comovidos com a situação social de uma comunidade próxima, então notaram que o motivo principal desta situação era o desemprego.

Portanto, Oliveira (2017) diz que as ações promovidas pelas ITCPs no âmbito das Universidades, que integra o binômio ensino/pesquisa é intrínseco ao processo social-

histórico de lutas e discussões da academia. Então, a economia solidária, como um dos objetos de estudo das ITCPs, está ligada a construção de identidade e símbolos na comunidade, em um processo dialógico entre universidade e sociedade por meio de ações sociais específicas e planejadas. Ao ser realizado este contato com a realidade local, regional ou nacional implica à universidade uma melhoria constante na sua estrutura, currículos e ações, tornando os resultados desses trabalhos adequados às realidades analisadas.

Dubeux (2004) apresenta a diferença entre as incubadoras de empresa e de cooperativas, a começar pelo tipo de empreendimento atendido, que são os empreendimentos cooperativistas, o público atendido que corresponde aos excluídos do ponto de vista sociopolítico, e a metodologia de trabalho, que deve ser pautada na criação e desenvolvimento de Cooperativas Populares e da economia solidária.

Oliveira (2017) diz ainda, as incubadoras possuem atuação em todo país, sendo a primeira criada em 1996, no Rio de Janeiro, na UFRJ. Pagotto (2010) ressalta que no decorrer do processo de estruturação da ITCP/COPPE/UFRJ, outras instituições e governos procuram a incubadora e fontes de fomento em busca de auxílio para elaborar projetos semelhantes.

Vechia et al. (2011) complementa, as experiências obtidas pela ITCP/UFRJ foram modelos a serem seguidos por outras universidades. Assim, no ano de 1998, outras universidades já haviam seguido a iniciativa e criaram suas incubadoras, ocasionando a criação de uma Rede de ITCPs. No ano posterior, essa Rede elabora um projeto maior entre as universidades, pois passa a ser membro da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHOS), que originou o Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares.

Seguindo o acima exposto, em 2005, foi criada a ITCP da Universidade Federal de Lavras, INCUBACOOP/UFLA (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), com o objetivo de estabelecer uma relação

dialógica, educativa com os trabalhadores, com a sociedade, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos sobre economia solidária, cooperativismo, associativismo e gestão social, em prol da geração de trabalho e renda para trabalhadores que buscam melhores condições de trabalho. Atendendo interessados em constituir associações e cooperativas, desde a pré-incubação até a pós-incubação, realização de cursos e eventos abertos à todos interessados, seja da academia ou da população em geral.

4.6 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A denominação dada aos catadores de materiais recicláveis difere nos países. De acordo com Sabedot e Neto (2017), no Brasil foi definida pela Portaria nº 397/2002, onde o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou uma nova Classificação Brasileira de Ocupações, nessa classificação o outrora catador de resíduos passou a catador de material reciclável. Pela portaria, é definido como o trabalhador que coleta e seleciona material reciclável, responsável por coletar, separar, vender e preparar material reciclável e reaproveitável, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.

Como consequência do trabalho, a gestão com integração e sustentabilidade dos resíduos sólidos acarreta na redução quanto ao volume nas fontes geradoras, reaproveitamento, a inclusão dos catadores de materiais recicláveis pela coleta seletiva e a reciclagem dos materiais, e por fim a recuperação de energia gasta durante o processo (CAMPOS, 2014).

Um ponto importante é a crescente formação de organizações populares que lutam pelos excluídos, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tornou a representação com efetiva ao modo que o movimento deu voz às demandas dos catadores partindo deles próprios e não de terceiros. Então, o movimento representa mais que uma instituição que dá

apoio, mas sim uma organização criada no ventre da catação de materiais recicláveis e que sua estruturação pela organização, planejamento, gestão e formulação partia dos próprios trabalhadores. Em decorrência da organização do MNCR, três elementos valem a análise, o primeiro refere ao orgulho do catador em ser catador, por esse motivo busca melhorias e avanços nas condições de trabalho. O segundo elemento consiste na organização pelas cooperativas e associações, seguindo estes modelos os benefícios financeiros de sua aplicação devem ter uma partilha justa, proporcional ao trabalho despendido e com uma forma solidária. E o terceiro elemento é a elevação da relevância da reciclagem com a inclusão social consiste na questão dos catadores representarem um dos principais agentes políticos que trabalham na defesa do desenvolvimento sustentável (SANT'ANA; METELLO, 2016).

A oportunidade de união em associações ou cooperativas é uma forte chance para criação e expansão de modelos de economia solidária. Por este modelo, procura-se formas de inclusão de pessoas, que em decorrência da evolução dos modos de produção foram excluídas por não se enquadrarem no desenvolvimento. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) que levou vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, objetiva reconhecimento ao catador e o incentivo para que eles se unam em associações. Esse processo de organização é de suma importância, uma vez unidos, ganham força na luta pelos seus direitos. Por meio dessa união, a produção pode ser aumentada, ganho de autonomia por parte dos membros pela autogestão. Assim, os catadores unidos utilizam de formas alternativas de produção frente ao capitalismo, de modo a crescer sua produção e deter atravessadores (PINHEIRO; FRANCISCHETTO, 2016).

A catação de materiais recicláveis beneficia o meio ambiente, com relação à gestão ambiental e os impactos ambientais, pois os materiais transformados em novas mercadorias e suas reinserções no ciclo produtivo acarretam benesses tanto para a sociedade como para a natureza, pelo fato

de promoverem a economia dos recursos naturais e de espaços que viriam a ser depósitos para esses resíduos (MAGALHÃES, 2012).

Pelo aqui exposto, Sant'Ana e Metello (2016) apontam que o avanço e o começo de um período de mudança passa por quatro pontos: o primeiro é a garantia da contratação pelos órgãos públicos como as prefeituras pela coleta seletiva convencional; segundo é promulgação de um acordo setorial que viabilize a logística reversa, que pode ocasionar um impulso para uma melhor estruturação das cooperativas; o terceiro ponto diz sobre estímulo ao aumento do parque industrial reciclador no país, o que poderia proporcionar oportunidade para cooperativas; e por último, em quarto é a criação e aplicação de políticas públicas que incentivem a reciclagem.

5. METODOLOGIA

O contato primário entre a incubadora e o possível empreendimento a ser incubado, é o início da atividade de incubação, onde ocorre uma reunião entre os membros da associação e a equipe da INCUBACOOP/UFLA. Neste primeiro momento é realizada uma contextualização da forma como a associação desenvolve seu trabalho ou como pretende desenvolver, são distribuídas então cartilhas informativas da incubadora, sendo elas: Como Constituir uma Cooperativa; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Saindo do Desemprego; Do Coletar ao Reciclar, esta última em versões para o público infantil e adulto. Os membros do empreendimento a ser incubado, concordando e compartilhando da mesma visão dos princípios cooperativistas, da economia solidária e da gestão social, partem para a incubação e a partir deste momento inicia de fato o trabalho da incubadora.

A incubadora acompanha as atividades da associação desde 2015, ano de fundação da CORPAAG e início do processo de incubação, com intuito de prover subsídios necessários para seu funcionamento, seja

com aquisição de materiais, bem como cursos ou parcerias com entidades públicas, como a UFLA. A secretaria municipal de meio ambiente é a responsável pela concessão pública do serviço de coleta da associação, onde o caminhão coletor passa em dias e horários fixos nos bairros atendidos. O quadro atual conta com 11 associados, o espaço utilizado pela associação consiste em uma área pública cedida pela prefeitura, cercada por áreas de preservação ambiental (APPs), a área em si também era parte da APP, mas em decorrência de sua utilização por um grande período como bota fora, os associados conseguiram reverter a área para área pública, por meio do Conselho de Meio Ambiente (CODEMA). A associação reflorestou uma parte da área degradada com o plantio de 2800 mudas de árvore, além de manterem um controle ambiental sobre a área.

Por meio de edital do CNPq, foi possível a obtenção de materiais para as atividades e a segurança dos associados. Todo auxílio prestado pela incubadora parte dos associados, em momento algum é sugerido o que deve ser feito dentro da associação, uma vez que pela gestão social os membros devem chegar a um comum acordo e assim levantarem o que é necessário para a continuação das atividades ali desenvolvidas.

Dessa forma, foi apresentado à incubadora a necessidade de equipamentos de proteção individual (EPI's) e um moinho triturador. A partir desta demanda, os membros da INCUBACOOP/UFLA se organizaram, para então auxiliarem na aquisição dos materiais necessários.

Os associados procuravam uma melhor condição de trabalho dentro da associação, precisavam de materiais como botas específicas e uniformes. E ainda, devido ao aumento da coleta de materiais, com o processamento de 30 toneladas por mês destes materiais, a associação necessitava de um equipamento para moer os materiais recicláveis como vidro e plástico. Foi, então, realizada uma cotação para a compra das botas, uniformes e o moinho triturador KMB 400-30CV. Foram adquiridos os materiais com o menor valor e melhor qualidade dentre as

especificações apontadas pelos associados. Todo o processo de aquisição foi transparente e acompanhado pela associação, em nenhum momento a incubadora deu sugestões ou influenciou nas escolhas. Devido ao caráter interdisciplinar dos membros, foi possível que diferentes departamentos da universidade participassem desse processo, uma vez que as demandas englobavam questões pertinentes à segurança do trabalho, estrutura necessária e o modo seguro para a utilização do moinho, bem como da sua ligação e o que seria necessário para sua instalação.

6. AÇÕES SOCIAIS NO EMPREENDIMENTO

Do momento em que a incubadora passou a ter um acompanhamento mais próximo da CORPAAG, os trabalhos foram facilitados, criou-se uma confiança entre os membros e maior liberdade para dialogar tanto em relação às atividades desenvolvidas, como também questões pessoais. Os membros passaram a compreender melhor o funcionamento da associação, os principais problemas e um olhar semelhante ao dos associados.

As atividades realizadas pela associação são divididas em cinco etapas de processamento dos materiais, sendo elas: a coleta dos materiais; a triagem, momento onde os materiais são separados; trituração e/ou prensagem, assim transformando em lotes; embalagem dos materiais; estocagem; e a posterior expedição. Essas atividades são realizadas por rodízio, ou seja, todos revezam entre si nas atividades, de modo a não ocorrer sobrecarga sobre nenhum associado.

Com isso, os anseios dos membros em relação às melhorias estruturais foram aparecendo, como apresentado anteriormente, o caráter interdisciplinar da INCUBACOOOP/UFLA permitiu o auxílio em diferentes aspectos, por meio de discentes de diferentes cursos de graduação, como administração, administração pública, engenharia civil, direito e agronomia. Com

essa heterogeneidade são realizadas parcerias e futuros colaboradores para os demais empreendimentos atendidos. Neste contexto surgiu a possibilidade junto ao estudante de engenharia civil na realização de um curso de produção de tijolos de adobe, uma vez que os associados apresentaram a demanda em relação às melhorias estruturais. Esse processo foi supervisionado por uma professora do curso de engenharia civil, agregando conhecimentos que possibilitaram uma ampliação da área de trabalho, tornando um ambiente mais agradável. Espera-se a elaboração de diferentes materiais quanto à segurança do trabalho, em parceria com os professores dos cursos de engenharia, como o Mapa de Risco da associação, as normas regulamentadoras para o manuseio dos materiais e do maquinário, cartilhas para evitar acidentes, dentre outros.

Para o futuro, a INCUBACOOOP/UFLA ficou responsável pela realização do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Este diagnóstico é um método praxiológico de problematização da situação em que se encontram, de caráter qualitativo, com base na discussão coletiva, levando-se em conta a cultura local. O método DRPE tem como objetivo atuar em grupos sociais tais como os assentamentos rurais da Reforma Agrária, associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, dentre outros (PEREIRA, 2017). Essa aplicação foi um pedido por parte dos associados, para melhorar a dinâmica da associação, apontar falhas, problemas e suas soluções, de forma a aprimorar os trabalhos e traçar um norte para dar continuidade nas ações da CORPAAG.

É importante salientar que a extensão universitária é a retribuição à sociedade dos conhecimentos desenvolvidos no ambiente acadêmico, assim como, a formação cidadã dos membros da incubadora, pois desenvolvem diferentes habilidades nos trabalhos em grupo, com diferentes áreas de conhecimento, o contato com a população local e se tornando agentes difusores dos princípios trabalhados pela INCUBACOOOP/UFLA.

A consciência ambiental dos associados

foi outro destaque, sendo que além de contribuírem para uma melhor qualidade de vida, eles são conscientes da importância do trabalho que desenvolvem e propagam a relevância de seus serviços. Neste sentido, partindo de uma demanda deles, a incubadora desenvolveu em 2018 um trabalho de conscientização ambiental nos 9 bairros atendidos, informando os dias e horários que o caminhão coletor realizava as coletas, distribuindo cartilhas informativas sobre a importância da reciclagem e dos agentes coletores, além do diálogo com a população local. Esta ação social obteve um retorno positivo, pois a população passou a contribuir ainda mais, uma vez que estava melhor informada sobre as atividades da associação.

7. RESULTADOS ALCANÇADOS

Por meio das ações realizadas foi possível criar um laço maior entre a incubadora e seus membros com os membros da associação, aproximando a Universidade da sociedade civil, além de levantar futuras ações a serem desenvolvidas. Pela comunicação dialógica entre equipe interdisciplinar da Incubadora com os catadores de materiais recicláveis, coloca-se em prática ações sociais transformadoras. Como Paulo Freire (1983) diferencia comunicação de extensão, a INCUBACOOOP/UFLA não pratica a extensão, caracterizada como a ação de estender, e quem estende, o faz a partir de algo para alguém, aquele que é o receptor da ação verbal. No processo comunicativo a incubadora coloca em diálogo o conhecimento científico com o saber da experiência dos catadores, sendo uma via de mão dupla de aprendizado entre os envolvidos.

Os resultados alcançados demonstram a importância da comunicação dialógica para todos envolvidos, seja nos benefícios aferidos pelos catadores de materiais recicláveis, seja para os futuros profissionais na sua formação como cidadãs e cidadãos, sejam os ganhos diretos e indiretos para a sociedade local. O papel interdisciplinar das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

prova que independente da área de estudo, todos podem participar, aprender e contribuir em ações pautadas na economia solidária, na gestão social e no cooperativismo.

Vale ressaltar a importância ambiental que os coletores de materiais recicláveis possuem, pois são os responsáveis pela coleta dos materiais que possam vir a contaminar e degradar o meio ambiente, contribuindo para diminuição de materiais descartados nos aterros sanitários, realizando triagem e reciclagem destes materiais, e melhorando qualidade de vida para a população de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares. In: HECKERT, S. M. R. (org). Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2003. 222p.

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. Em Aberto, Brasília, v. 32, n. 106, p. 117-131, 2019

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? Org & Demo, UNESP, Marília, n. 4, p. 3-22, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BOTELHO, L. L. R.; LIMA, D. F.; BRAUN, J. C. A.; WUERGES, A.; GAUTHIER, F. O.; NOGUEIRA, S. V. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. CIGU,

Mar Del Plata: CIGU, 2015. v. 01. p. 01-15.

CAMPOS, V. E. Gestão de resíduos sólidos urbanos: contribuições socioambientais de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Médio Parapanema. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Biociências), UNESP, Assis. 2014.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. *Revista Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 1, n. 2, 2014.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

COIMBRA, A. L. S.; SOUZA, M. B. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: *Revista Trimestral de Debate da Fase*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 112, 4-15, 2007.

DUBEUX, A. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: *Revista Trimestral de Debate da FASE*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 111, 2007.

FRAGA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 13, p. 496-539, 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2002, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 354 p., 2003.

MAGALHÃES, B.J. Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

MARTINS, I. G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, L. R. RECICLANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE CATADORAS E CATADORES, E O PAPEL DE LIDERANÇAS FEMININAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO FEDERAL. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. IPEA, Rio de Janeiro, p. 75-97, 2016.

MARTINS, P. L.; SANDIM, D. A.; NETA, M. C. S. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. *Colóquio, Taquara*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018.

MAURER JR, T. H. O Cooperativismo: Uma economia humana. *Imprensa Metodista*, São Paulo, 328 p., 1966.

NASCIMENTO, C. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In SENAES, Secretaria

Nacional de Economia Solidária. Texto para discussão. Brasília, 2004.

Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, E. D. As incubadoras de cooperativas populares como uma extensão educacional. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar -RECEI.Mossoró, v. 3, n.9, 2017.

SABEDOT, S.; NETO, T. J. P. Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS). Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2017.

PAGOTTO, C. Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. 149p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP. Campinas. 2010.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. RECICLAGEM E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: BALANÇO E DESAFIOS. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. IPEA, Rio de Janeiro, p. 21-44, 2016.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

PEREIRA, J. R. Diagnóstico participativo: o método DRPE. Tubarão: Perito, 2017. 176p.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, São Paulo, 2000.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. Gestão Social de Cooperativas. Curitiba: Appris, 2018. 188p.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 128 p., 2002.

PINHEIRO, P. T.; FRANCISCHETTO, G. P. P. A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Derecho y Cambio Social, Peru, 2016.

SÍVERES, L. O PRINCÍPIO DA APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. In: SÍVERES, L. (Org.). A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Liber Livro, Brasília, p. 19-33, 2013.

RAZETTO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

TOCQUEVILLE, A. Democracia na América. Edusp, Belo Horizonte, 2 ed., 1987.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

VECHIA, R. S. D.; TILLMANN, R.; CRUZ, A; NUNES, T. G. A Rede de ITCPs-Passado, presente e alguns desafios para o futuro. Revista Diálogo, Canoas, v. 18, p. 115-144, 2011.